



objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho; indicar os resultados e percentuais de atingimento das metas, bem como pontuar, quando for necessário, aspectos relacionados à eficiência, eficácia e efetividade;

IX.3 - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

IX.4 - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias;

X - Realizar capacitação visando adquirir conhecimento das legislações que regem as parcerias sob sua responsabilidade;

XI - Realizar encontros com as OSC's parcerias para sanar incorreções de execução da parceria.

Art. 3º O acompanhamento da parceria deverá ocorrer concomitantemente com sua execução, devendo haver registros de ações de monitoramento periódicos.

Art. 4º - Designar os membros da Comissão de Fiscalização das parcerias celebradas com as Organizações da Sociedade Civil - OSC's, relacionados abaixo:

I - Hianny Amanda da Silva Carvalho - matrícula n.º 127.386

II - Marcilene Dutra da Conceição Gomes - matrícula n.º 127.387.

III - Flávia Paula Mazzaro Kilpel - matrícula n.º 127.384

Art. 5º - Competirá aos membros da comissão de fiscalização:

I - subsidiar o trabalho do gestor da parceria;

II- manifestar-se a respeito de todos os assuntos relacionados direta ou indiretamente as parcerias vigentes, nos casos expressos em lei e ainda nos que for solicitada análise e manifestação;

III - acompanhar a execução das parcerias;

IV - Realizar capacitação visando adquirir conhecimento das legislações que regem as parcerias sob sua responsabilidade;

V - Atestar os relatórios mensais de atendimento emitidos pelas Organizações da Sociedade Civil - OSC's;

VI- Elaborar Relatórios periódicos;

VII - Ter conhecimento de todas as condições de contratação, em especial das informações constantes nos instrumentos convocatórios e Plano de Trabalho;

VIII- Examinar e analisar se o serviço está sendo executado de acordo com o pactuado no Termo de Fomento e/ou Colaboração e Plano de Trabalho;

IX - Atendimento do artigo 5º do Decreto Municipal n.º 001/2020, publicado em 02/01/2020, que dispõe sobre a observância da Ordem Cronológica das Exigibilidades;

X - Nos casos de serviços continuados, deverá propor ao titular da secretaria ou entidade as providências que permitam a instauração de procedimentos para nova contratação com antecedência mínima de 90 dias;

XI - A atestação será materializada através da assinatura de pelo menos dois servidores com identificação dos nomes completos, data e matrículas, sugerimos que seja utilizado o texto abaixo:

"Na qualidade de fiscais atestadores, declaramos para os devidos fins que houve a correta execução do objeto contratado em estrita observância as disposições constantes no Termo de Colaboração e/ou Fomento e Plano de Trabalho".

Data ____/____/____.

Servidor: _____ Mat. _____

Servidor: _____ Mat. _____

XII - Elaborar relatório mensal de fiscalização e controle.

Art. 6º - Os fiscais têm livre acesso ao processo administrativo originário da contratação da parceria, e, deverão acompanhar fiscalizar e atestar a efetiva execução do objeto contratado relatando eventuais ocorrências referente a inexecução total ou parcial do objeto estabelecido no contrato junto ao gestor da parceria.

Art. 7º - As divergências na execução da parceria deverão ser anotadas em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Art. 8º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de março de 2022, revogando-se todas as disposições em contrário.

São Gonçalo, 08 de março de 2022.

EDINALDO BASÍLIO

Secretário Municipal de Assistência Social

SEMCOMP

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP FMS N.º 005/2022

Tipo: Menor Preço Por Lote

Processo n.º 12.916/2021

Objeto: O objeto da presente licitação é o registro formal de preços para futura e eventual aquisição de materiais de laboratórios (testes para dosagem de hemoglobina, blood stop, soro anti a, soro anti b, soro anti ab, soro anti d, albumina bovina e outros) para atender ao banco de sangue / Hemonúcleo do Município de São Gonçalo - SEMSADC / FMS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Fica marcado para o dia 23/03/2022, às 10:00h o certame licitatório do Pregão em epígrafe. Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil de São Gonçalo, localizada Avenida São Gonçalo n.º 100 - Boa Vista - São Gonçalo - G2 do São Gonçalo Shopping, das 09:00 às 17:00 horas, pelo telefone n.º (0xx21) 31955198 - Ramal: 1083 ou no site www.comprasgovernamentais.gov.br (COMPRASNET).

NATANNA RODRIGUES DE BRITO SANTANA

Pregoeira

SEMDUR

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 006/2022

PROCESSO N.º 59.856/2021

OBJETO: "Contratação de empresa especializada para serviços de engenharia para execução de drenagem e pavimentação de Estradas Vicinais compreendendo parte da Estrada da Meia Noite e trecho 03 da Estrada de Ipiiba, Bairro Ipiiba, no município de São Gonçalo-RJ", em favor do Consórcio Vicinais, composto pelas empresas: RJA Construtora Ltda e Infratech Engenharia Ltda no valor total de R\$ 15.398.590,45 (Quinze milhões, trezentos e noventa e oito mil, quinhentos e noventa reais e quarenta e cinco centavos) cuja despesa correrá através do PT 2059.15.451.2091.2078, ND 4.4.90.51.00, fontes 00 e 47, para que produza seus efeitos legais e jurídicos

RICARDO FIGUEIREDO DA CONCEIÇÃO

Subsecretário Municipal de Contratos e Convênios.

SEMMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

AUTO DE INFRAÇÃO N.º 715/2021

NOME: VITOR MAURO DA SILVA RAPOSO, CPF N.º 386.742.117-04, ENDEREÇO: Av. Santa Luzia, n.º 1940 e 1950 - Santa Luzia - São Gonçalo - RJ, INFRAÇÃO: Artigo 78 do Decreto Municipal n.º 111/2001. PENALIDADE: APLICAÇÃO DE MULTA SIMPLES NO VALOR DE R\$ 6.591,25 (Seis mil, quinhentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos). PROCESSO N.º 145/2021.

São Gonçalo, 09 de Março de 2022.

CARLOS AFONSO PEREIRA ROSA

Secretário Municipal de Meio Ambiente

SEMEL

EXTRATO DO TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS

Processo Administrativo 43.199/2021 oriundo do Processo Administrativo 25.799/2018).

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, pessoa jurídica de direito público inscrita sob CNPJ 28.636579-0001-00, por intermédio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, e INSTITUTO SOCIAL SE